

ATA DE REUNIÃO
TEMA – 27ª Reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação.

Nº	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
9	Ranking da Qualidade de Informações Contábeis e Fiscais (ponto de pauta postergado para esse dia)
13	Processo de convergência e Plano de Trabalho CFC
14	Encaminhamentos finais

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
10/05/2019	9h00	12h00	Equipe Genop/Genoc

COORDENADORES DA CCONF

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM - SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO - COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

BRUNO RAMOS MANGUALDE – COORDENADOR DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Equipe Técnica - STN/CCONF

Nome		Nome	
JEANNE VIDAL DE ARAÚJO	GENOP	ADRIANO SODRE DE MORAES	GENOC
MARIA JOSÉ P. YAMAMOTO	GENOP	ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS	GENOC
CLÁUDIA MAGALHÃES D. R. DE SOUSA	GENOP	DANIELA MONTEIRO RODRIGUES DE LIMA	GENOC
DANIELE MUNIZ DE O. SILVA	GENOP	BRUNO ORSI TEIXEIRA	GENOC
MELISSA ARACEMA JUSTUS	GENOP	WASHINGTON NUNES LEITE JUNIOR	GENOC
LEANDRO MOREIRA SOUTO	NUCOF	GABRIELA LEOPOLDINA ABREU	GENOC
CRISTINA VIEIRA QUINTÃO	NUCOF	ERIC GONÇALVES	NUCOF
ALISON DE OLIVEIRA BARCELOS	NUCOF	GISLAINE MESSIAS DE LIMA	NUCOF
CRISTINA QUINTÃO VIEIRA	NUCOF	RAFAEL DANILO DE SALES LEAL	NUCOP
RENATO PEREZ PUCCI	NUCOP	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

PARTICIPANTES - Membros Titulares e Assessores Técnicos

Instituição Representada	Titular	Assessor Técnico
ACADÊMICOS DE NOTÓRIO SABER	RICARDO ROCHA DE AZEVEDO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS (ABRASF)	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	ERICSSON MARCEL SALAZAR PINTO
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	SUANI ALVES DOS SANTOS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (ABRACOM)	VITOR MACIEL DOS SANTOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON)	MARCOS ANTÔNIO DA COSTA	JOSEDILTON ALVES DINIZ
	MAZERINE HENRIQUE CRUZ LIMA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CÂMARA DOS DEPUTADOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	ELISÂNGELA MOREIRA DA SILVA BATISTA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM)	DIANA VAZ DE LIMA	MARCUS SANTOS
	JOSE RAFAEL CORREA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)	PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA	FELIPE SEVERO BITTENCOURT
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	CLEITON AMAURY DA CRUZ DIAS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
COORDENAÇÃO DA CCONF - SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (SUCON/STN/MF)	GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM	LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
GRUPO DE GESTORES DE FINANÇAS ESTADUAIS DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (GEFIN/CONFAZ)	HÉLIO SANTOS DE OLIVEIRA GOES	LAILA RODRIGUES ROCHA
	MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO	CARLOS ALBERTO MIRANDA MEDEIROS
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	GILBERTO SOUZA MATOS
	JOSE LUIZ MARQUES BARRETO	RICARDO BORGES DE REZENDE
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	JORGE PINTO DE CARVALHO JÚNIOR

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB)	LUCIANE HELDWEIN PEREIRA	NATÁLIA APARECIDA FERREIRA
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU).	PATERSON DA ROCHA SEVERO	LEANDRO SANTOS GONÇALVES
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG)	RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA	JOSÉ ROBERTO DE FARIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (STN/MF)	ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ	LUIZA HELENA FREITAS DE SA CAVALCANTE
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	ROSILENE OLIVEIRA DE SOUZA
SENADO FEDERAL	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONVIDADOS			
Nome	Órgão	Nome	Órgão
Abmael Evangelista Da Rocha	PREF. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Luana Luiza Goncalves De Abreu Hey	Governo de Rondônia
Adriana Vianna Passos Valença	TCE RJ	Lúcia Santiago de Melo Arruda	
Alan Ferreira Da Silva	ASPEC Informática	Lucy Fatima De Assis Freitas	Pref. de BH
Alexvaldo Machado Dos Santos	Nova Instituição	Luiz Antônio Santos Medeiros	TCE de Alagoas
Alice Luciane Rhoden	Sefaz	Luiz Fernando Silva Lima	TC Municípios do Pará
Aluizio Sol Sol De Oliveira	TCE RO	Manoel Matos Da Costa Neto	Pref. de São Francisco do Conde
Alvaro Sierpinski Do Nascimento	Pref. de Pojuca	Marcello Jorge De Castro Azevedo	TCE de Alagoas
Ana Beatriz Sabbag Cunha		Marcelo Augusto Jorge	Acre Previdência
Ana Clara Soares Santana	OUTRO	Marcelo Pierantozzi Gonçalves	Pref. de São Paulo
Ana Paula Brito Martins Da Silva	Outra	Márcia Helena Hokama	TCE MS
Anderson Dos Santos Rocha	Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes	Marcia Maria Nantes Dias	Pref. de Campo Grande
Andre Dos Santos Lima	Elmar	Márcio Fernando Vasconcelos Paiva	TCE RN
Andre Jose Da Silva	Conmac Consultoria Contábil	Marcio Martins Loureiro	CGM RJ
Andre Luis Sant Ana Ribeiro	MP BA	Marcos Gertler	
Antonio Candido Morais	TCE RR	Marcos Uchoa De Medeiros	TCE/PB
Arlindo José Siqueira Costa Junior	Entidades representativas de SEFAZ, Contadorias, Controladorias	Marcus Vinicius Passos De Oliveira	Pi Contabilidade Publica
Artur Bernardino Figueiredo Ayres	Outra	Maria Da Conceição	Pref. de São Francisco do Conde
Bruno Raphael Sarmiento Moraes	Ábaco TI	Maria De Fátima Mazera	Pref. de São Paulo
Carleide Maria Bezerra	TJ PE	Maria De Nazaré De Souza Simões	Previdência Social
Carlos Alberto Dos Santos Dornelles	TCE	Maria Helany Da Silva	Sefaz TO
Carlos Alberto F. Ramos	Pref. de Mari	Maria Isabel Da Silva Costa	Pref. SBC
Carlos Antônio De Freitas Junior	Pref. de Goiânia	Maria Luiza Seemann	SEFAZ/SC
Carlos Antonio Freire	TCE RN	Maria Raimunda Alves Pena	Pref. de Pojuca
Carlos César dos Santos Soares		Maristela Moreira Amorim	ABM - Associação Brasileira de Municípios

Cátia Maria Fraguas Veiga	Faculdade CNEC Itajaí	Mariza Nunes	TCE MG
Célia Rodrigues de Carvalho		Maurício Parizotto Lourenço	Sefaz TO
Cláudia Marques De Sousa Toscano	Controladoria Geral	Maxwell De Moraes Chianca	Info Public Informática
Cristiane Berriel Lima da Silveira	Acadêmicos de Notório Saber	Maykon Carminatti De Freitas	TCE SC
Cristina Marques Ribeiro	Elmar	Michelle Cuiabano Costa	SEFAZ MT
Daniel Mateus Barreto	STN	Nelson Henrique De Carvalho	ATRICON
Daniela Aparecida Mendes	Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes	Nilton Rocha Borges	TCE do tocantins
Daniela Parente Soares Da Silva	Pref. de São Francisco do Conde	Orozino Vilas Boas Benevides	MP-AC
Diego Barbosa Duarte	Pref.. Vitória da Conquista	Patricia Sarmento Dos Santos	TCE MS
Diego Ramos Ferreira Da Silva	TCE RJ	Paulo Francisco Ferreira	Sefaz PE
Dreone	Município de Luzerna	Paulo Mauricio De Oliveira Duarte	Pref. de São Paulo
Eduardo José de Macedo Júnior		Placido Cesar Paiva Martins Junior	TCE PB
Eliane Magda Rocha	Pref. de São Paulo	Raimundo Gibernon De Almeida	Sefaz Bahia
Elisangela Santos Fernandes		Renato Cristiano Correa dos Santos	CONFEEF
Elizabeth Regina Queiroz	TCE MG	Renato Da Costa Usier	STN
Elma Marília Vieira De Carvalho	Pref. de Camaçari	Renato Ferreira Costa	Sefaz, contadorias, controladorias ou órgãos equivalentes responsáveis pela gestão contábil, fiscal e/ou de controle interno dos Estados e do DF no âmbito do Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público
Emerson Onofre Pereira	Pref. de São Paulo	Ricardo André De Holanda Leite	Sefaz AL
Erika Oliveira Dos Santos Lima	CGE Paraíba	Ricardo Ferraz De Lima	Convidado
Erondino Santos Silva Junior	Conmac Consultoria Contábil	Ricardo Guerra	RMG Informática
Evaldo Pereira De Souza	Conselho Regional de Contabilidade da Bahia - CRCB	Ricardo Jacobina Bezerra	Sefaz
Fernando Mercês Guimarães	Sefaz bahia	Ricardo José Da Silva	TCE SC
Flávia Ferreira De Moura	TJ PE	Ricardo Josué Gonçalves Dos Santos	TCE
Francisco Dos Santos	Pref. de São Francisco do Conde	Ricardo Medeiros De Queiroz	CENCAP
Gabriela Gonçalves De Souza Brígido	MP AC	Rodolfo Fernandes Kezerle	TCE RO
Gerson Raimundo De Santanna Filho	Pref. de Camaçari	Rodrigo Mathias Praxedes Da Silva	Representante SEFAZ e Controladorias
Giovanna Fernanda Borges	Logus Informática	Rodrigo Noleto Paz	TCDF
Gislaine Messias De Lima	STN/CCONF	Rosa De Almeida Guterres	Sefaz
Gislene Rodrigues Menezes	TCE RO	Rosane Moretti	TCE-RS
Gissele Souza De Franceschi Nunes	TCE SC	Sandoval Costa Neto	TJ Bahia

Guilherme Maciel Mafra	Pref. de Balneário Camboriú	Sandra Pereira Mezzomo	TCE RS
Guilherme Speroni Lentz	Sefaz	Sergio Pires Teixeira Mendes	Sefaz RJ
Gustavo Felipe Ripper Chalmré Tupinambá	TCM SP	Sergio Silva Dos	Outra
Gustavo Manoel Espíndola	Município de Balneário Camboriú	Silvia Silva De Souza	Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes
Helena Velma dos Santos Martins		Sonete Diogo Pereira	Pref. de Ji-Parana
Hélio Silveira Antunes	TCE-SC	Soraya Fernanda Coelho Mora Matos	TCE/RR
Helvilane Maria Abreu Araujo	TCE/MA	Sorayma Soares De Almeida Viana	TCE/RR
Henrique Aparecido Vicente	SBCPREV	Sylvana Maria De Carvalho Carlini	Sefaz
Héverton Almeida De Andrade	Sefaz RO	Thiago Marghoti Honorio Bueno	Outra
Higo Henrique Mariano da Silva		Tiago Santos De Jesus	Outra
Ian Dias Veloso De Almeida	CGE RJ	Ulisses Anacleto Pereira Orlando	
Izaías Profeta De Macedo Neto	Câmara Entre Rios	Valberto Alves Abreu	Sefin Fortaleza
Izamaría de Sena Rabelo		Victor Lamark	Aspec
Janeth Aparecida Lins Queiroz	Pref. de Campo Grande	Wagner Yuichi Capelli	Sefaz, contadorias/controladorias
Janio Marques De Souza	Pref. de Goiânia	Warley Ferreira Gois	GEFIN/CONFAZ
Jany Mary Barbosa Pereira	Sefaz AL	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jean Cacio Quirino De Queiroz	MF	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
João Marcos M. Scaramelli	Elotech	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jonatas Soares Araújo	TCE TO	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jorge Uchôa De Medeiros	TJ PB	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Alexandre de Aquino Neto		XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jose Augusto Barbosa Guimaraes	TCE RJ	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José De Souza Silva	Pref. de São Paulo	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Fernando Domiciano	TCE RO	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Francisco Vieira Júnior	TCE MG	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jose Hosanan Inacio	Megasoft Informatica	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Márcio de Oliveira	Pref. de Itajobi	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Ricardo Paniagua Justino	TCE MS	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Rildo De Moraes Santana	Outra	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Joselia Maria De Sousa Ramos	Entidade Municipal	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Josué Vladimir Granjense De Lima	Logus Tecnologia	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Juliana Fofonka Leal	TCE RS	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Katia Antonia Melo Behrens	Pref. de São Francisco do Conde	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Kátia Roberta Vieira Façanha	Governo do Amapá	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Lawrice Dos Santos Souza	Pref. de Maricá	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Leila Marcia Sousa De Lima Elias	UFPA	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Leonardo De Brito Aquino Soares	Sec. de Planejamento e Orçamento	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Lilia Barbosa	TCE-MA	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Liliane Lima Da Costa Teixeira	Instituto de Previdência do Estado Do Acre	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Líniké Gabriel Lima Da Silva	Pref. de Macapá	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Loredana Scandiuzzi	Consultoria	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Item 9 – Ranking da Qualidade de Informações Contábeis e Fiscais

Apresentação – Mangualde: apresentação ranking

Inscrições para discussão:

- Membros: Diana / Patrícia
- Assessores: Suani
- Convidados: Victor Lamark / Leila / Guilherme / Nelson

Mangualde (STN): Apresentou os avanços no trabalho realizado para desenvolver os indicadores do ranking da qualidade das informações.

Diana (CNM): Comentou que as dificuldades dos municípios de pequeno porte são uma preocupação para a CNM. Informou que a IFAC tem um projeto chamado IPSAS Light, que são voltadas para entidades de pequeno porte, e poderia ser uma referência para discutir padrões voltados para os municípios pequenos. Afirmou que mais de 70% dos municípios brasileiros tem menos de 20 mil habitantes. São municípios que possuem estruturas pequenas, precárias, que têm dificuldades de capacitação, contam com contratos terceirizados precários. Então há uma série de fatores que não ajudam nesse movimento. O próprio IFAC reconhece que exigir o conjunto das IPSAS para entidades de pequeno porte não justifica o custo/benefício da informação. O atual handbook com as 40 IPSAS que estão em vigor, tem 3 volumes, no total de 3 mil páginas. Afirmou que isso é impraticável para os municípios pequenos. É preciso pensar em algo mais leve para esses municípios, considerando sua realidade. O propósito não deve ser o de punir os profissionais, mas o de colaborar com eles. É o conjunto da obra que deve ser levado em consideração: falta de sistemas credenciados, falta de capacitação, linguagem complexa para esses municípios. Deixou este apelo para o nosso membro da IFAC (Leonardo Nascimento), e, em nome da CNM, colocou os 5 mil municípios filiados à disposição para estudo de caso da IFAC, para o projeto de desenvolvimento das IPSAS Light.

Leonardo (STN): Respondeu que Andreas Bergmann esteve com o Grupo Assessor (GA) há duas semanas e esclareceu que este projeto (o IPSAS Light) está sendo priorizado e vai ser tocado pelo *Board*. Contudo, deve ser feita uma pesquisa prévia do escopo daquelas normas antes de se tornar um projeto do IPSASB (levantamento prévio das necessidades). Esclareceu que, há uma linha de ação de que, para fins de comparação, não se pode mexer muito no que se refere a reconhecimento e mensuração, pois é o cerne da norma contábil, mas no que tange à divulgação, é possível sim ser simplificada. É uma demanda muito forte em vários países, não somente no Brasil, e, portanto, vai acontecer. Com relação ao número de páginas das normas, é preciso deixar claro que as transações no setor público são complexas, e para questões complexas, existem normas complexas. Contudo, é preciso lembrar que, no Brasil, há um filtro normativo, no caso o MCASP, para aplicação pelos entes da Federação, inclusive o MCASP está sendo reestruturado para facilitar a leitura, concluindo a convergência e inserindo uma série de exemplos. Também é importante lembrar que há um planejamento estratégico do GA com frentes para apoio, dentre as quais as guias de implementação, com horizontes e exemplos para orientar e facilitar a implementação.

Patrícia (CFC): Colocou que, de fato, há uma preocupação sobre a aplicabilidade de todas as normas pelos entes, pois é difícil para eles identificarem o que se aplica no seu caso, em particular os pequenos municípios. Os profissionais do Grupo Assessor sabem da dificuldade que há para identificar o que se aplica e o que não se aplica. Explicou que um grupo de estudo na USP mostra que há algumas situações que sinalizam grandes discrepâncias na contabilidade por parte dos entes subnacionais. É preciso refinar o conjunto normativo para identificar as situações que não se aplicam aos entes. A questão talvez não seja exatamente ter um conjunto de normas diferentes, mas seja verificar, do conjunto de normas vigentes, o que se aplica e o que não se aplica aos entes de pequeno porte, que tenha menos complexidade. Considera que uma das dimensões de avaliação talvez seja a de fazer esse diagnóstico. Sugeriu que seria importante ter um guia que oriente quais transações e critérios de mensuração do setor público se aplicam aos municípios. Há limitações na qualidade dos dados, isso impacta nas avaliações de desempenho das políticas públicas. É preciso melhorar a qualidade da informação para tornar as análises mais consistentes. Outro ponto é verificar o patamar em que o ente está, em relação a um determinado indicador. Reforçou que esse instrumento é importante para entender o que está nos dados e não pode ser apenas punitivo.

Leonardo (STN): Respondeu que o que importa é exatamente identificar qual norma se aplica a qual caso. Deu o exemplo dos consórcios e das PPIII. Concordou com Patrícia que, num primeiro momento, é importante identificar as normas.

Suani (Abraf): Sugeriu que, já que o ranking não pretende ser punitivo, mas didático, seria interessante que, no caso da dimensão D2, ao enviar as matrizes, os entes recebessem retorno sobre quais são as diferenças e onde está ocorrendo alguma divergência. Comentou que isso já ocorre no Siop e no Siops, que alertam quando há alguma divergência ou conflito. Comentou que as verificações das dimensões D3 e D4 só podem ser feitas após o fechamento do balanço. Solicitou que seja

dado feedback ao contador sobre em qual ponto houve erro e quais os normativos que estão sendo infringidos, para que seja possível corrigir. Solicitou que essas informações ficassem disponíveis para os entes, dentro do próprio Siconfi ou na parte da transparência, para que se possam trabalhar melhor a parte da MSC.

Leonardo (STN): respondeu que esse ponto tem sido discutido na STN. Como o projeto está no início, há muitas questões a serem resolvidas. O propósito não é o de apresentar as regras com antecedência, mas sim o resultado depois da aplicação das regras. Afirmou que o ranking não será um mecanismo punitivo, mas uma avaliação de qualidade. Considera que talvez seja melhor indicar o que está sendo avaliado, mas não explicitar as equações, para evitar burlas. O “pós-prova” deve ser apresentado posteriormente.

Suani (Abrarf): esclareceu que está pedindo o feedback depois da prova mesmo, para avaliar um município específico, pois observou que é utilizada uma estatística geral. Solicitou avaliação individual para que o município possa entender onde ele errou e quais os procedimentos para que ele possa se ajustar.

Leonardo (STN): explicou que, atualmente, há a questão do timing pois, primeiramente, será avaliada a DCA. Explicou que, nesse caso, alguma ação corretiva levaria 2 anos. Essa questão tem sido levada em consideração nas avaliações. Quando isso passar para a matriz, isso se resolve, pois o recebimento das informações é mensal.

Victor Lamark (ASPEC): Ponderou que, para que essas checagens sejam realizadas, é importante que as tabelas usadas pela DCA e pela MSC sejam as mesmas. Na MSC, as contas estão classificadas por nível 1, 2, 3, etc, dependendo se é Intra ou Inter OFSS, e na DCA geralmente estão por Consolidação. O ponto é que, pelas definições no Siconfi, há uma regra em que na ausência de uma conta no nível Intra, o valor é levado para o nível Consolidação. Isso acaba distorcendo o Balanço Patrimonial. Como, por exemplo, ocorre com as contas previdenciárias do RPPS. Assim, ocorrem situações em que há clara inconsistência de informações. Ponderou que, para as checagens, é importante que as tabelas sejam as mesmas para que possam ser feitas as análises. Até porque hoje já há distorção entre as informações enviadas para os tribunais e as informações da MSC e as do município.

Leonardo (STN): respondeu que a equipe está atenta a esta questão, mas todas as aberturas criadas no PCASP nos níveis Intra e Inter só se refletirão para a DCA 2020.

Leila (Convidado): Comentou que esse trabalho é muito positivo para os profissionais, para a academia, etc., e trará uma série de benefícios. Sobre a fiscalização dos tribunais, disse que vê isso de forma positiva, como uma forma de banir da gestão pública dos leigos que estão atuando na área contábil. Comentou que há muita gente na área contábil que não tem formação na área – é um zoológico, com pedagogos, assistentes sociais, etc. Entende que poderia aproveitar essa iniciativa também para fiscalizar os leigos, pois isso favorece a qualidade da informação. É preciso capacitar os verdadeiros profissionais de contabilidade da gestão pública. Talvez a exigência de termos, pois essa carência de profissionais formados na área dificulta estabelecer as MSC nos municípios. Também há muita terceirização nos municípios. É preciso saber divulgar a MSC: ela é o instrumento para promover a qualidade da informação, para que esta seja útil e relevante para a tomada de decisão. Considera que é preciso trabalhar nessas questões estratégicas de divulgação e conscientização dos benefícios da MSC para ajudar a disseminar e fortalecer. Sugeriu combater a mídia, pois há muita matéria distorcida.

Leonardo (STN): Respondeu que a MSC tem um potencial muito grande, mas não cabe apenas ao Tesouro avaliar estas questões ou mesmo ir especificamente às pontas. Considera que é preciso haver uma seleção natural do bom profissional – o mercado precisa selecionar. É preciso que todos nós (STN, órgãos de controle, entidades representativas) estejamos comprometidos com a qualidade da MSC. Cabe a todos nós nos envolvermos no processo.

Leandro (STN): Comentou que a STN tem tentado fazer o que está ao alcance para atingir o máximo possível de pessoas. Uma iniciativa é a cartilha que foi disponibilizada como material, que possui uma linguagem mais simples e tenta desmistificar alguns pontos que têm sido espalhadas sobre a matriz. Também é importante lembrar que os contadores e usuários cadastram seus e-mails para registro no Siconfi, e estes dados são usados para envio de orientações, mas poucos leem estas instruções – algo ao redor de apenas 30% das pessoas. Considera que é muito difícil vencer a falta de interesse do profissional. Citou que a equipe também tem trabalhado com eventos, vídeos orientativos e tem feito o que se encontra ao alcance para avançar na qualidade das informações. Há um maior envolvimento com a parte de assessoria e comunicação da parte do Ministério da Economia para promover essa divulgação.

Guilherme (RS): Reforçou a fala da Suani sobre a disponibilização dessas validações posterior ao envio da DCA, o que precisa ocorrer dentro do possível em um tempo hábil para que possam tentar corrigir os erros. Em alguns casos, há problemas de

roteiros contábeis, e não apenas de preenchimento da DCA. Solicitou feedback após o envio das informações, para que o ente possa saber o que tem que corrigir.

Leonardo (STN): Garantiu que o feedback certamente vai ocorrer, só falta definir o timing, talvez alguns dias após o BSPN.

Leandro (STN): Explicou que a equipe está trabalhando na estratégia de divulgação dos critérios que serão avaliados no ranking. Mas já está definido que o assunto que será avaliado será divulgado previamente. Mas publicar especificamente a validação que foi feita ainda é um ponto que está sendo estudado. Ressaltou que o ranking ainda é embrionário, a equipe está trabalhando para desenvolver com o propósito educacional, e não punitivo. O que se pretende mesmo é melhorar a qualidade da informação. Precisamos avaliar o nível de detalhe em que avançaremos na hora de divulgar a informação.

Nelson Carvalho (Consultor Municipal da Bahia): Parabenizou pelo projeto, mas externou preocupação sobre quando se conseguirá mitigar o processo de ineficiência do gasto público. No caso dos municípios, entende que existe uma dificuldade técnica, mas que o recurso federal não deixa de chegar, mesmo com a ineficiência. Considera que a Lei Anticorrupção de 2013 deve se refletir também no que se refere à parte da contabilidade. É preciso rever os conceitos, é preciso contar com o apoio da alta administração e o preocupa a questão de que em 2020 já haverá eleições municipais. Os municípios menores que não têm operações de crédito não se preocupam com o CAUC. É preciso de apoio político, porque muitos gestores não se movem para fazer nada – não há qualquer vontade real de mudar as coisas.

Leonardo (STN): esclareceu que a estratégia do ranking também vem para atender essa situação, mas a STN não pode trabalhar fiscalizando, esse é o papel dos tribunais de contas, mas pode trabalhar para ajudá-los, sinalizando com esse instrumento onde está ocorrendo o problema. Tudo isso será discutido no âmbito do ACT. O ranking também pode ajudar no controle social, para que a sociedade possa cobrar maior transparências das contas dos gestores públicos.

Mangualde (STN): Encaminhamentos: dar continuidade ao avanço nas dimensões D2, D3 e D4 e estabelecimento de algumas métricas da dimensão D1. Pretende-se trabalhar com o Power BI para o desenvolvimento dessas métricas. No atual momento, a equipe está trabalhando apenas com DCA, RREO e RGF. As regras ainda não estão sendo aplicadas na MSC. O aspecto é educativo e não punitivo, separando obviamente o que é má-fé do que é falta de orientação e capacitação. Afirmou que se pretende trazer na reunião de outubro de 2019 o resultado da aplicação dessas regras ao conjunto de dados recebidos referentes ao exercício 2018. A equipe vai trabalhar para dar transparência, indicando aos entes onde estão cometendo erros e o que deve ser feito para que possam melhorar suas informações contábeis e fiscais.

Leonardo (STN): Afirmou que o objetivo é trabalhar na evolução do ranking, se possível nas quatro dimensões, para apresentar na CTCONF de outubro de 2019 e mostrar como vai trabalhar a estatística da nota do ranking, e não as equações em si.

Item 13 - Processo de convergência e Plano de Trabalho CFC

Apresentação – Relatores / Revisores:

- NBC TSP 22 - Divulgação de Partes Relacionadas: Leonardo (STN)
- NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro – Mangualde (STN)
- NBC TSP 24 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – Heriberto (STN)
- NBC TSP 25 - Evento Subsequente – Renato Usier (STN)
- NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola – Patrícia (CFC)

Inscrições:

- Membros: Jorge / Gustavo / Ricardo / Flávia
- Assessores: Suani
- Convidados:

Leonardo (STN): Começou a apresentação fazendo uma breve abertura sobre o presente e o futuro do processo de convergência. Atualmente, já existem 21 normas convergidas, além da estrutura conceitual. Até 2021, serão convergidas 33 normas. Em seguida, ele avisou que o Plano Estratégico do Conselho Federal de Contabilidade passou a se chamar Projeto e não mais subgrupo de convergência. São projetos que serão tocados ao longo de 4 anos. Em relação ao status do Projeto de Convergência, atualmente estamos no 5ª release de normas, as quais são NBC TSP 22, NBC TSP 23, NBC TSP 24, NBC TSP 25 e a NBC TSP 26. As NBC TSP 23, 24 e 25 podem ter um impacto significativo na legislação de requisitos mínimos, principalmente em eventos subsequentes, políticas contábeis e mudanças de estimativas e erros. Essas três normas têm impacto muito grande na matriz de encerramento. Em seguida, ele explicou quais são as etapas para a publicação das normas e que no total são, mas ele focou especificamente no 5ª release, que está entre a etapa 3 (audiência pública) e a 4 (análise das contribuições enviadas e proposições). A etapa 3 será disponibilizada até julho/2019 e, após seu término, logo em seguida terá início a etapa 4. Leonardo lembrou que a comissão que faz a análise das contribuições da 3ª etapa publica um relatório da audiência, onde eles fundamentam o motivo de incorporar ou não as sugestões recebidas. Depois disso, entra a etapa 5, que é a final (*page by page review*) e a publicação da norma ocorrerá até novembro de 2019. Após falar do 5ª release, Leonardo passou a falar da 6ª release, que ainda está na primeira etapa e inclui as normas NBC TSP 27, NBC TSP 28, NBC TSP 29, NBC TSP 30. Além disso, adiantou um pouco do assunto da 7ª release e ressaltou a dificuldade em fazer a convergência da IPSAS de instrumentos financeiros e, diante dessa situação, fez um apelo ao CFC para disponibilizar um especialista nesse assunto para ajudar o grupo. Quanto à NBC TSP (contratos de construção), essa IPSAS será revogada em breve e, portanto, decidiu-se pela não convergência dela até o momento. A previsão para a publicação das normas da 6ª release é para novembro de 2020. O próximo assunto mencionado por Leonardo foi sobre a 7ª e última release, de instrumentos financeiros, e que inclui as normas NBC TSP 31, NBC TSP 32 e NBC TSP 33. A previsão da publicação dessa última release é março/2021. Após falar das releases, Leonardo passou a apresentar a proposta de NBC TSP 22, de divulgação sobre partes relacionadas e que segue a estrutura que está na IPSAS 20. Os objetivos dessa norma são (I) a relação com partes relacionadas, onde existe controle, sendo divulgado independentemente de ocorrer transações; (II) informações sobre as transações entre a entidade e suas partes relacionadas, em certas circunstâncias. Por fim, Leonardo dissertou sobre os seguintes assuntos: problemática da norma, alcance, definições, divulgações vigência. Nessa parte da apresentação, houve destaque para a definição de partes relacionadas, remuneração do pessoal-chave da administração e transação com partes relacionadas.

Mangualde (STN): Após a apresentação da NBC TSP 22, Mangualde passou para a discussão da NBC TSP 23, considerada por ele uma das mais relevantes e desafiadora do setor público, bastante interligada com assuntos cotidianos do setor público, e que está espelhada na IPSAS 3, IAS 8 e CPC 23. A NBC TSP 23, bastante consolidada no setor privado, apresenta uma estrutura bem padronizada com a IPSAS 3 e os principais aspectos dizem respeito às suas particularidades e limitações. Após essa breve introdução à norma, Mangualde iniciou a apresentação de tópicos como objetivo (dar mais demonstrabilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras, alcance (seleção e aplicação de políticas contábeis, contabilização de mudanças, retificações de erros de períodos anteriores), principais conceitos da norma, aspectos relevantes e polêmicos.

Heriberto (STN): Apresentou a NBC TSP 24, que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis. Na União, essa é uma norma muito importante pois, quando se fala de processo de convergência, é preciso entender a necessidade da publicação de Demonstrações Contábeis em moedas estrangeiras que são referência internacional, como dólar e euro, visando a comparabilidade em âmbito internacional. Para ele, o processo de convergência estará concluído quando for possível publicar a consolidação das demonstrações contábeis de empresas estatais independentes, que estão no escopo das normas internacionais, em moeda estrangeira e fazendo a tradução de notas explicativas. Para começar a apresentação dessa norma, Heriberto apresentou o contexto da NBC TSP 24, que representa a IPSAS 4. Em seguida, abordou-se o alcance da norma e suas peculiaridades da regras e vigência. Cabe ressaltar que a implementação dessa norma já está adiantada no âmbito da União e, diante desse ponto, o Heriberto fez uma breve apresentação do projeto de implementação dessa norma, detalhando escopo, objetivo, modelo proposto e regras.

Renato Usier (STN): Renato apresentou a NBC TSP 25, que trata de eventos subsequentes e é espelho da IPSAS 14. Essa norma está dentro da 5ª release, que será objeto da audiência pública que ocorrerá neste ano. Após essa breve apresentação da norma, Renato passou a abordar os pontos principais da norma, como objetivo, definições, e a questão de autorização da Emissão da Demonstrações Contábeis e divulgação.

Patrícia (CFC): Apresentou a proposta de NBC TSP 26, que trata de ativo biológico e produto agrícola, que está estruturada na IPSAS 27. A estrutura da apresentação dividiu-se em objetivo, alcance, definições, reconhecimento e mensuração, ganhos e perdas, divulgação e vigência.

Jorge Carvalho (IRB): Iniciou sua fala elogiando o GA do CFC em sua atuação no processo de convergência. Para ele, duas normas possuem um peso grande, as quais são: mudança de efeitos contábeis e eventos subsequentes. Para ele, os TCs Estaduais tentam avançar na auditoria financeira, informando para o usuário da demonstração contábil se existe distorções relevantes nas demonstrações contábeis que estão sendo disponibilizadas e isso tem tudo a ver com a NBC TSP 23. Isso se deve pela necessidade de avaliar os resultados que estão sendo divulgados pelos entes públicos. A DVP é uma demonstração que tem uma relação direta com esse caso. Assim, haverá muitas correções relativas a períodos anteriores, como os ativos de infraestrutura que deverão entrar no balanço patrimonial como correção. Ele também tocou na questão de eventos subsequentes, falando do BGU de 2017, no qual o TCU fez uma auditoria financeira e avaliou que havia uma distorção relevante em bens imóveis, na ordem de R\$ 150 milhões. No entanto, o Tribunal acabou dando um parecer com ressalva, em função da STN e da Casa Civil terem trabalhado para corrigir as distorções indicadas. Ainda, no município de SP, o TCE tem promovido a incorporação das normas contábeis. Por exemplo, só neste exercício, no avanço das questões normativas, a prefeitura de SP reconheceu 6.2 bilhões de reais apenas em multas de trânsito, por competência.

Gustavo (IRB): Os pontos elencados pelo Gustavo para a discussão foram: (i) partes relacionadas relativa à NBC TSP 22, que faz referência a uma norma de 94, que está defasada e que precisa ser revista. Assim, há defasagem de normas que precisam ser atualizadas quando da convergência; (ii) Em relação à NBC TSP 23, apenas a título de contribuição, para a aplicação retroativa e possível a reapresentação. Apresentou o caso da LATAM, em que o balanço de 2012 teve um grave erro material que foi corrigido para 2014. Em suma, a companhia conseguiu fazer a inversão do PL, em função da aplicação retroativa e republicação da norma CPC 23, que é espelho da NBC TSP 23. Em seguida, ele falou da NBC TSP 25 e a questão da data de autorização, ponto que precisa ficar claro no momento da publicação da norma, uma vez que a definição desse termo se tornou um problema que aflige a NBC TSP 24. Para enriquecer a discussão nesse ponto, Gustavo citou as definições que contas no Manual de Contabilidade Societária da FIPECAFI, da NBC TA 560 e um documento que a KPMG produziu e que trata do assunto debatido

Leonardo (STN): Fez uma intervenção sobre os assuntos colocados em pauta pelo Gustavo, falando do que está acontecendo no IPSASB e o que deverá ocorrer no Brasil.

Felipe (CFC): Tocou na questão da data de autorização das demonstrações contábeis. No GA, ainda não se chegou um consenso sobre essa data, justamente por inexistir no setor público a assembleia de acionistas e a auditoria independentes. No caso do RS, a data de envio para o diário oficial consta como a data de autorização. No entanto, ele acha que deve caber uma análise caso a caso na Federação. No futuro, o GA deve tentar normatizar o assunto.

Renato Usier (STN): No caso da União não dá para esperar pelo relatório da auditoria em função de questões normativas da LDO. Se adotar determinada norma, corre-se o risco de descumprir a lei, o que implica na necessidade de fazer uma avaliação caso a caso.

Ricardo (CONACI): Sugeriu que em relação à retificação de erro, uma vez que a NBC não esclarece no detalhe, restringindo-se ao lançamento. Porém, o assunto é muito mais amplo. Se a STN julgar interessante, ele acha que o MCASP deveria detalhar mais esse ponto, levando em consideração o impacto e a influência da Secretaria em âmbito nacional.

Flávia (ABRASF): Reapresentou um apelo para que os temas do GA sejam apresentados com mais lentidão e oportunidade. O assunto é árido e a apresentação foi muito corrida. Deveria ser colocado no início da CTCONF. No fim da CTCONF, não havia nem muitos membros titulares presentes, talvez 20 a 30% do público, e entende que é de extrema importância e relevância para a federação. A discussão dos assuntos dessa última sessão. Por último, pediu para o GA a capacitação e aprofundamento das normas que estão vigentes.

Leonardo (STN): Entende a preocupação da Flávia, mas ele acredita que a CTCONF não é o fórum adequado para fazer capacitação, além de existir outras tarefas que são prioridade para o GA.

Suani (ABRASF): Entende que nos eventos subsequentes, o auditor independente deve fazer uma ressalva em sua opinião, caso a alta administração não atenda a correção da distorção relevante. Isso já aconteceu no Tribunal que a Suani trabalha em relação a uma demonstração já publicada. No entanto, ela perguntou o que aconteceria se esse evento ocorresse para lançamentos contábeis, como poderíamos alterar o sistema se a lei restringe a questão da alteração quanto ao lapso temporal. A ideia é sobre o que será possível alterar, se é o demonstrativo ou o sistema de administração financeira.

Item 14 - Encaminhamentos finais

Leonardo (STN): Repassou os encaminhamentos que tiveram alteração do dia anterior para o atual e os pontos do dia. Lembrou os interessados de participarem dos eventos fechados, SBCASP- Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Focal, e de mandarem, o quanto antes, e-mail para a CCONT ou para a CCONF. Quanto aos aspectos contábeis e fiscais dos precatórios (item 2) disse que houve mais inscrições de participantes nesse grupo.

Quanto ao ranking da qualidade de informações contábeis e fiscais (item 9) de 2019 com dados de 2018, informou que a DCA- Declaração de Contas Anuais desse ano será avaliada de maneira menos detalhada do que se pretende para o futuro e disse que vai incorporar alguns indicadores qualitativos, das dimensões 2, 3 e 4 e avaliar a incorporação de regras da Dimensão1-D1 referente à gestão contábil. Mencionou que serão apresentados para próxima CTCONF, que ocorrerá em outubro de 2019, mais resultados e afirmou que o ranking tem foco educativo e não punitivo. Para os próximos exercícios haverá a aproximação com consultorias e parcerias com profissionais e entidades com experiência no assunto. Também será apresentado o avanço nas parcerias no âmbito dos ACT, com os Tribunais de Contas e Conselho Federal de Contabilidade e a avaliação da análise de aplicação das regras da MSC.

Quanto ao processo de convergência e plano de trabalho do CFC (item 13), solicitou a participação de todos nas audiências públicas, com a leitura das normas e que sejam feitas as considerações necessárias para serem avaliadas nas reuniões do grupo assessor.

Informou que a próxima CTCONF será nos dias 22 a 25 de outubro de 2019 no Campus Jardim Botânico (ESAF), isso se a Câmara Técnica não for extinta pelo Decreto 9.759/2019 que trata da extinção de órgãos colegiados, mas tudo indica que a próxima reunião irá acontecer.

As declarações de participação do evento estarão disponíveis on-line a partir da próxima terça-feira dia 14/05/2019 no site da CTCONF. Foi aberta a palavra aos membros para as considerações finais.

Jorge Carvalho (IRB): Perguntou a respeito da reunião do assunto precatórios se seria presencial ou por vídeo conferência. Manifestou apreço pelos trabalhos do Sr. Mangualde, com reconhecimento público nos trabalhos de convergência e o definiu com a palavra “equilíbrio”, pois sempre foi equilibrado na condução de assuntos desafiadores para todos.

Leonardo (STN): Disse que a reunião dos precatórios será presencial, após agendamento de data com o CNJ, que será feita o mais breve, será informado para que os participantes possam se programar. E registrou a importância do Sr. Mangualde nos trabalhos desenvolvidos junto à STN.

Felipe (CFC): Propôs que seja prevista a CTCONF com menos dias, com três dias no máximo, e se possível mais reuniões durante o ano, ao invés de duas durante o ano, pois com três dias de reunião poderia ser viabilizada a participação de mais pessoas.

Leonardo (STN): Agradeceu e encerrou a 27ª reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrações Fiscais.